

Como os conselhos atuaram na pandemia da Covid-19? Participação e emergência pública

Palavras-Chave: Participação, Covid-19, Conselhos

Autores/as:

Mariana Coimbra Carlim UNICAMP

Prof. Dr. Wagner de Melo Romão UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A análise a ser apresentada procura verificar a atuação dos conselhos de políticas públicas na região de Campinas durante a pandemia de Covid-19. Responsáveis por viabilizar a influência da sociedade civil nas políticas públicas, os conselhos de políticas públicas tiveram que atuar durante os anos de 2020 ao início de 2022 de maneira majoritariamente remota, alavancado pelo isolamento social devido ao alento do vírus SARS-CoV sobre a população brasileira. A articulação dos conselhos confere à população brasileira participação da sociedade civil em assuntos públicos, que passaram a organizar os espaços de participação em roda da catástrofe que assolou o mundo. Assim como os espaços de participação, as pautas também se transformaram e ao longo da pesquisa será apresentado as diferenças entre a atuação dos conselhos antes do coronavírus e como lidaram com a pandemia, através de uma perspectiva histórica de como o cenário afetou os desenhos de políticas públicas e a ação institucional. Os conselhos atuam como parte da elaboração e da tomada e exercício de decisão em políticas públicas, abrindo espaço para ação social e realização de expectativas democratizantes.

METODOLOGIA:

Artifícios como a trajetória histórica desses conselhos de políticas públicas serão indispensáveis para entender as tomadas de decisões presentes, identificando as causas principais, que por sua vez devem se associar às condições necessárias (Levy e Goertz, 2007), grande parte das reuniões dos conselhos de políticas públicas na região de campinas contam com atas redigidas, fornecendo de forma simples as decisões tomadas dentro desses espaços. Serão avaliados os posicionamentos dos conselhos como instituição e através do método indutivo as atas serão analisadas como partes de casos específicos para chegarmos a uma verdade geral e a partir das informações coletadas poderemos comprovar uma generalização provável, sustentada por elementos observados e experienciados. A

observação sistemática dos fenômenos serão relacionados a fim de construir hipóteses sobre o potencial dos conselhos em pautar a administração pública e de se conectar – e de seus membros – de angariar apoios na sociedade civil e na sociedade política.

O método comparativo sendo associado aos outros dois métodos citados anteriormente deve analisar semelhanças e diferenças entre os objetos que serão estudados, sendo esses objetos a) os próprios conselhos municipais de implementação de políticas públicas de Campinas b) as políticas aplicadas em si c) e ainda a conduta de organização desses espaços. A comparação como elemento de análise irá compor a discussão a nível sistêmico, contribuindo para o esclarecimento de pontos fundamentais que complementarão a trajetória dos conselhos e a observação dos fenômenos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Ao ser escrutinado de maneira horizontal, no mesmo nível federativo, é possível buscar o potencial político dos conselhos e de seus membros. Deve-se levar em conta o mesmo ambiente *político-societal* e *político-institucional* para levantar uma análise sobre a atuação efetiva dos conselhos e da conexão com o seu entorno, com as instituições, movimentos e organizações. E por serem os principais mecanismos de participação social no país e quando planejados a outras formas de participação social articulam-se para que o controle social aja sobre a ação governamental. Para uma análise efetiva é necessário considerar os seguintes elementos:

- a) a capacidade de autofinanciamento dos conselhos, sua relação com fundos constitucionais ou infraconstitucionais, ou eventuais recursos orçamentários determinados pelo Legislativo;
- b) as capacidades estatais (Pires e Gomide, 2016) que sustentam as atividades dos conselhos e dos órgãos públicos vitais para a consecução de seus objetivos;
- c) o potencial dos conselhos em provocar e gerar experiências inovadoras de articulação entre setores de governo, promovendo transversalidade e intersetorialidade nas políticas públicas;
- d) e os mecanismos de interação, comunicação e mobilização dos conselhos para com a sociedade, considerando a representatividade da composição dos conselhos em determinado ambiente político-societal.

Podemos tomar o Conselho de Segurança Alimentar como exemplo, que durante a pandemia observou o aumento de famílias inteiras nas ruas, na condição de pedinte, o retorno do uso de álcool, utilizado como fogareiro para o cozimento dos alimentos, o número de pessoas com sequelas do covid com necessidades nutricionais especiais, ou seja, muitos problemas que afetam diretamente o direito humano a alimentação, enfatizando a inviabilidade da Administração Pública por si só de lidar com as demandas municipais. E pautou na reunião que o Departamento de Alimentação Escolar manteve um

projeto piloto por três anos e contribuíram para o atendimento às escolas de acordo com os bairros que estiveram situados agricultores que possuíam hortifrúteis com dificuldades de aquisição.

O Conselho ainda constatou reconhecer os pontos fortes e as fragilidades do município para a garantia da Segurança Alimentar. Reconhecer as características de um conselho é fundamental para as ações e condutas dos gestores da Administração Pública. É possível delinear e reconhecer os desafios que se estabelecem para a promoção da segurança alimentar e nutricional no município de Campinas. E o diagnóstico permitiu iniciar parcerias importantes mediadas pelas Secretarias de Governo, Universidades e Instituições de Pesquisa, Organizações e Entidades da Sociedade Civil. Mas ainda é preciso suprir a fragilidade nos acessos aos dados necessários, às informações de projeto e programas com a sociedade civil e uma necessidade de padronização na forma de organização das informações.

Além disso, o conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas registrou sua primeira reunião via *Google Meet* no dia 14.04.2020. E na atuação durante a pandemia criou o Grupo de Trabalho para elaboração de um projeto para o Edital Fundos da Infância e da Adolescência 2020 – Itaú Social. Na reunião da Diretoria Executiva ficou como sugestão para este Edital a inscrição no módulo três que é sobre Formação de Profissionais do Sistema de Garantia de Direito de Crianças e Adolescentes. Esse conselho também realizou ativamente o formato de lives nas redes sociais do Conselho e manteve relatórios financeiros atualizados.

No dia 17 de setembro de 2020 o Conselho Municipal de Educação pautou em reunião extraordinária sobre o retorno das aulas presenciais. O colegiado do conselho Municipal da Criança e do Adolescente se posicionou contra a volta das aulas declarando motivos como preconização do retorno das aulas, além da aquisição e distribuição de EPI's para alunos e funcionários, adaptações necessárias nos espaços físicos escolares, adaptações nos transportes escolares, nova modalidade para servir refeições, distanciamento dos alunos dentro dos espaços escolares e ações a serem seguidas para a máxima segurança das fases de retorno e ações a serem seguidas para possíveis casos de Covid-19 na unidade escolar.

BIBLIOGRAFIA

- LEVY, Jack; GOERTZ, Gary (Ed.). Explaining war and peace: case studies and necessary condition counterfactuals. Londres: Routledge, 2007
- Pires, Roberto; Gomide, Alexandre. 2016. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 58, p. 121-143.